

A formação na Residência Multiprofissional em Saúde em Tempos de Pandemia: Experiências de Oficinas On-line de Saúde Mental

*Training in multi-professional residency in in Times of Pandemic:
Experience of On-line Mental Health Workshops*

Dejaine Cristina de Oliveira Calza

Melina Lima

Resumo: A pandemia causada pela doença denominada COVID-19 afetou diretamente a vida de milhares de pessoas, tornando-se uma emergência de saúde pública muito rapidamente. A alta transmissão e propagação do vírus causador da doença fizeram com que o isolamento social fosse adotado como uma das estratégias mais eficazes para combater sua disseminação. Os impactos da pandemia vão além daqueles biológicos, econômicos e sociais, afetando também a saúde mental dos indivíduos. Os grupos e oficinas terapêuticas on-line se constituíram como uma ferramenta de enfrentamento ao isolamento social e suas consequências na saúde mental. Neste sentido, objetivo desse trabalho foi descrever as experiências de reorganização de dois serviços de saúde mental, diante do contexto da pandemia da COVID-19, através da inserção da Residência Multiprofissional em dois dispositivos da RAPS de um Município da região metropolitana de Porto Alegre. O propósito foi contribuir com o delineamento e planejamento de práticas em saúde mental no contexto de pandemias. O método utilizado foi o relato de experiência. Observou-se ganhos significativos na adaptação dos grupos e oficinas para a modalidade on-line, não havendo grandes dificuldades por parte dos usuários com ferramentas digitais, concluindo que tais espaços podem ser tão produtivos quanto àqueles constituídos presencialmente.

Palavras-chave: Pandemia; COVID-19; Oficinas; Saúde mental; Grupos; On-line.

Abstract: The pandemic caused by the disease called COVID-19 directly affected the lives of thousands of people, becoming a public health emergency very quickly. The high transmission and spread of the virus that causes the disease made social isolation to be adopted as one of the most effective strategies to combat its spread. The impacts of the pandemic go beyond those biological, economic and social, also affecting the mental health of individuals. The online therapeutic groups and workshops were constituted as a tool for coping with social isolation and its consequences on mental health. In this sense, the objective of this work was to describe the experiences of reorganization of two mental health services, in the context of the COVID-19 pandemic, through the insertion of the Multiprofessional Residency in two RAPS devices in a municipality in the metropolitan region of Porto Alegre. The purpose was to contribute to the design and planning of mental health practices in the context of pandemics. The method used was the experience report. Significant gains were observed in the adaptation of groups and workshops to the online modality, with no great difficulties on the part of users with digital tools, concluding that such spaces can be as productive as those constituted in person.

Keywords: Pandemic; COVID-19; Workshops; Mental health; Groups; On-line.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela doença denominada COVID-19 se disseminou rapidamente pelo mundo afetando a vida de milhares de pessoas (OMS, 2020). A doença infectocontagiosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 gera uma síndrome aguda respiratória com elevadas taxas de morbimortalidade (VAN DOREMALEN et al., 2020). A alta transmissão e propagação fizeram com que ela se tornasse uma emergência de saúde pública de interesse internacional e, apesar de ao longo da história diversas pandemias já terem causado grandes impactos no mundo, nenhuma se mostrou tão desafiante quanto a da COVID-19 (LIMA et al., 2020).

A contenção das infecções respiratórias é difícil, principalmente quando ela é caracterizada por sintomas leves ou mesmo quando a transmissão pode iniciar antes dos primeiros sintomas, como no caso da COVID-19 (KRAEMER et al., 2020). A estratégia adotada no Brasil foi o distanciamento social, procurando evitar a alta disseminação do vírus em aglomerações (LIMA et al., 2020). Já nas localidades com maiores índices de casos da doença, o isolamento social foi preconizado, optando por manter a população isolada do convívio com

outros indivíduos, o que diminuiu as taxas de contágio (GARRIDO; RODRIGUES, 2020). De acordo com achados científicos, o isolamento dos casos suspeitos, a quarentena de pessoas que entraram em contato com esses casos e as medidas amplas de distanciamento social, especialmente quando reduzem pelo menos 60% os contatos sociais, têm grande potencial de contenção das transmissões (AQUINO et al., 2020). As principais orientações discorrem sobre o autocuidado, a cautela com o excesso e a qualidade das informações buscadas, além das medidas efetivas de higiene contra o vírus e a necessidade de manter atividades físicas que possam ser realizadas em ambientes protegidos (GARRIDO; RODRIGUES, 2020).

Além de todos os impactos que a COVID-19 trouxe em relação aos aspectos biológicos, há ainda aqueles relacionados aos aspectos psicossociais, visto que as epidemias anteriores indicaram que as implicações na saúde mental podem perdurar por mais tempo que a própria epidemia (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020). O medo daquilo que não é conhecido aumenta os níveis de ansiedade não só em pessoas com transtornos mentais preexistentes, mas também em indivíduos saudáveis. Entre os sintomas identificados estão o medo e a incerteza, além de comportamentos sociais negativos, que podem evoluir para reações de angústia como a raiva e a insônia, comportamentos de risco como o aumento de uso de álcool e transtornos da ansiedade e depressão (SHIGEMURA et al., 2020).

Um estudo de Brooks et al. (2020) demonstrou impactos significativos da pandemia na saúde mental dos indivíduos, aumentando os níveis de estresse, ansiedade e depressão. Além disso, foi previsto que pessoas com fragilidades da saúde mental preexistente precisem de apoio extra durante a pandemia (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020).

Ainda como um fator importante para a predisposição ao adoecimento psíquico, identifica-se o isolamento social, que apesar de ser uma medida extremamente eficaz de prevenção, tem sido associado a sentimentos de solidão, angústia e tristeza em toda a população. Estudos sugerem que a quarentena não deve perdurar por mais que o necessário devido aos seus efeitos

duradouros, pois mesmo após o seu término as pessoas podem apresentar comportamentos de evitação (BROOKS, 2020; SHIGEMURA et al., 2020).

No Brasil, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) implementada pela Portaria nº 3.088/2011, por meio dos componentes que a constitui, é responsável pela atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2011). Sendo parte integrante do Sistema Único de Saúde – SUS, são priorizadas iniciativas que visam garantir o cuidado integral centrado nos territórios, buscando a reversão do modelo manicomial e a garantia dos direitos de cidadania das pessoas com transtornos mentais (SILVA; LIMA, 2017). Entretanto até então as equipes que constituem a RAPS não haviam enfrentado uma pandemia com os impactos que a COVID-19 trouxe, entre eles o isolamento social. Diante da pandemia da COVID-19, os serviços de saúde e assistência precisaram repensar formas de cuidado em saúde mental que respeitasse as medidas de distanciamento e isolamento social, preservando a saúde física dos seus usuários sem deixar de prestar os atendimentos necessários pois, conforme Shigemura et al. (2020), até então há um maior número de pessoas que tiveram sua saúde mental prejudicada pela pandemia do que pessoas afetadas pelo próprio vírus.

Portanto, os programas de Residência Multiprofissional em Saúde, que são orientados pelos princípios e diretrizes do SUS e se constituem como programas de pós-graduação *lato sensu* que envolvem o conceito ampliado de saúde, também sofreram modificações em suas práticas. Essa modalidade de ensino em serviço busca considerar os atores envolvidos como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem-trabalho, além de integrar a comunidade por meio de parcerias com os gestores, trabalhadores e usuários (BRASIL, 2009). O processo formativo busca incluir os residentes às equipes de saúde e em especial os programas com foco em saúde mental têm a RAPS como seu campo de atuação (BERNARDO et al., 2020).

Como base norteadora e organizadora desse sistema a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde tem como objetivo o aperfeiçoamento e a

qualificação do processo de trabalho em vários níveis (BRASIL, 2018). A residência multiprofissional em saúde é parte do processo educativo compreendido pela construção de profissionais críticos e reflexivos, já que seu objetivo primordial é formar profissionais cada vez mais qualificados para atuarem no SUS. Para isso é necessário investir em uma formação sólida para que os residentes possam se experimentar nas mais diversas situações, buscando estratégias de resolução de problemas (RODRIGUES et al., 2021).

A RAPS é essencial para o enfrentamento dos efeitos da pandemia na saúde mental dos indivíduos, e o apoio social é um importante elemento de proteção em situações estressoras (SHIMDT et al., 2020). Como apontado pela Organização Mundial da Saúde (2020) é necessário utilizar outros dispositivos não presenciais para fortalecer a relação com o outro, como por exemplo plataformas de vídeo. Nesse momento tão crítico a tecnologia surge como um veículo facilitador de cuidados em saúde mental, desta forma a adaptação de grupos presenciais para o formato on-line deve ser considerada como uma ferramenta de enfrentamento aos impactos causados pela pandemia da COVID-19.

Além disso, os atendimentos remotos em saúde mental também foram preconizados pelos órgãos que regulam as profissões, entre eles o Conselho Federal de Psicologia, que aprovou através da Resolução N° 4/2020 os atendimentos psicológicos à distância pela modalidade de teleatendimento por tempo delimitado e enquanto dure a pandemia, exigindo previamente o cadastro dos profissionais e a aprovação dos conselhos regionais.

Diante do cenário apresentado este estudo teve como objetivo descrever as experiências de reorganização de dois serviços de saúde mental, diante do contexto da pandemia da COVID-19. Tais experiências foram obtidas por meio da inserção da Residência Multiprofissional em dois dispositivos da RAPS de um Município da região metropolitana de Porto Alegre. O propósito foi contribuir com o delineamento e planejamento de práticas em saúde mental no contexto de pandemias.

MÉTODO

Este estudo é de natureza descritiva do tipo relato de experiência, desenvolvido durante a reorganização de dois serviços de saúde mental diante da pandemia da COVID-19. Foram desenvolvidos grupos online em um CAPS II e em um serviço de Geração de Trabalho e Renda, que contaram com a participação de cerca de 28 usuários, 4 profissionais-residentes, 2 estagiários de psicologia em conjunto com 6 servidores do Município, no período de março a outubro de 2020.

DESAFIOS DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DURANTE A PANDEMIA

Os serviços de geração de trabalho e renda são componentes da Rede de Atenção Psicossocial responsáveis por articular sistematicamente as redes de saúde com os recursos disponíveis no território, com o objetivo de garantir a melhoria das condições de vida, ampliação da autonomia, inclusão social e promover assim a reabilitação psicossocial, por meio da perspectiva da economia solidária. Nesses locais são oferecidas atividades de geração de trabalho e renda de modo a reinserir o usuário em sua comunidade. É um espaço no qual os usuários têm experiências reais de trabalho, incluindo organização, cooperação, responsabilidade, tomada de decisões e vínculos, além do trabalho coletivo e solidário (BRASIL, 2011). As iniciativas de geração de trabalho e renda são primordiais para a reinserção social visto que o trabalho é reconhecido nas diferentes classes sociais, grupos e comunidades e por meio dele pode haver a validação desses sujeitos no seu processo de autonomia e de conquista de sua cidadania (CAMPOS, 2017).

Nesse cenário de geração de trabalho e renda se constituiu o grupo de comercialização, onde somente os representantes dos usuários do serviço se reuniam para discutir valores e design dos produtos, bem como estratégias de

divulgação dos mesmos. As reuniões sempre ocorreram de forma presencial, com pautas estabelecidas e votadas, em todo tempo respeitando as decisões dos usineiros e a autonomia do coletivo. Nesse grupo também foram planejados novos produtos a serem desenvolvidos, as etapas de comercialização e as formas de divulgação. A articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária possibilita a construção de espaços pautados por valores de autogestão, centralidade no ser humano e solidariedade, pois a valorização de cada trabalhador e do trabalho coletivo é promotora de saúde mental (ANDRADE et al., 2013; FILIZOLA et al., 2011).

Em decorrência da pandemia da COVID-19 e da necessidade de isolamento social, todas as atividades em grupos foram suspensas e o grupo de comercialização foi um dos primeiros a migrar para o formato virtual, mantendo sua organização semelhante àquela presencial. A equipe técnica, constituída por servidores e residentes, teve uma resposta rápida em adaptar-se à necessidade de continuidade às ações de promoção de saúde mental diante de um contexto de isolamento social. Após discussões, entendeu-se ser fundamental manter as atividades pois a contribuição do trabalho para a constituição da identidade dos sujeitos, e a influência deste sobre a percepção de si mesmo e do mundo, faz com que ele ocupe um lugar central na vida das pessoas, promovendo um senso de pertencimento à um grupo (SANTOS; CARNUT, 2018). E é neste sentido que o “trabalhar” é um instrumento de expressão de liberdade e de desejos, capaz de potencializar a vida (ANTUNES, 2015).

Os encontros entre preceptores, tutores e residentes migraram rapidamente para o formato on-line e através deles foi possível realizar o planejamento e as discussões sobre a readaptação dos grupos geradores de trabalho e renda. A formação crítica e reflexiva é essencial para a construção do ensino em serviço (BERNARDO et al., 2020), pois por meio das iniciativas dos preceptores em desafiar os residentes a pensar novas formas de promoção de saúde mental à distância, foi possível manter as atividades da residência multiprofissional em funcionamento.

O grupo de comercialização se caracteriza pela organização do trabalho em si, e sua migração para o formato virtual aconteceu de forma dinâmica, a partir do contato feito pelos profissionais do serviço com os usuários a fim de falar sobre a possibilidade de realizar o grupo remotamente. A maioria tinha disponível um celular e acesso à internet para entrar nas reuniões on-line e a plataforma escolhida em conjunto com os usuários foi o Google Meet. Participavam em média dezicineiros e a coordenação das reuniões foram realizadas por meio de uma pessoa da equipe técnica, responsável por organizar as pautas trazidas pelos usuários. No entanto, em muitos momentos os próprios participantes faziam sua autogestão, identificando a necessidade de estender uma pauta, organizando as falas e tomando decisões. Conforme apontado por Bürke e Bianchessi (2013), o trabalho está atrelado a uma produção de autonomia à medida que os sujeitos o veem como um dispositivo de independência, favorecendo a autoestima. É extremamente necessário que os processos decisórios ocorram de forma horizontal, sendo possível que o próprio espaço da oficina seja utilizado como fórum de decisões com a participação ativa dos usuários (PRADO; CARDOSO, 2020).

Além do grupo de comercialização, foi necessário pensar em estratégias para outras oficinas de trabalho, dessa forma, todos os oficineiros foram contatados para realizar um levantamento de quantos possuíam acesso a um celular/computador e à internet. Constatou-se que em torno de 50% possuía acesso e então os primeiros grupos on-line começaram a ser constituídos. Cabe aqui ressaltar que o acesso à internet deveria ser um direito fundamental garantido, conforme já apontado por Gamba (2020), mesmo antes da pandemia a sociedade já havia sido modificada em virtude novas tecnologias, sendo a conectividade e a utilização da tecnologia fatores fundamentais, principalmente para exercício da cidadania.

Inicialmente os grupos tinham o objetivo de aproximar os oficineiros dos aplicativos de videoconferência, sendo espaços de trocas de afetos e de convivência. Tal motivação se dava em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19 na vida dos usuários e da importância de proporcionar

reencontros entre pessoas que estavam diariamente produzindo entre si saúde mental. O trabalho realizado pelos profissionais da saúde nos espaços de produção de renda é composto por um conjunto de práticas que permitem que o usuário do serviço possa experimentar sua subjetividade (CAMPOS, 2017).

Aqueles que não tinham acesso à internet dirigiram-se presencialmente ao serviço para buscar materiais e produzir os produtos em casa. Observou-se que alguns trabalhos dependiam da estrutura do serviço para serem executados. Diante disso, foi viabilizado o acesso dos usuários respeitando todas as recomendações de prevenção e higiene contra a COVID-19. A oportunidade de produzir e criar por meio de uma experiência de trabalho positiva contribui, no âmbito social, para emancipação, para produção de sua cidadania e para a possibilidade de o trabalho e a arte se conectarem com o desejo e com a vida desse sujeito (IBIAPINA et al., 2017).

Observou-se uma significativa adesão dosicineiros ao grupo no formato on-line, sendo que os usuários não apresentaram dificuldades quanto a adaptação aos recursos digitais e plataformas de acesso. Alguns usuários que não conseguiam baixar ou acessar o aplicativo, tanto por familiaridade quanto não tinham os recursos necessários, como o acesso à internet, tiveram a possibilidade de ir até o serviço e usar um computador disponível para essas ações. Entretanto tal prática aconteceu apenas em casos específicos, com o objetivo de evitar a circulação pela cidade devido à alta disseminação do vírus da COVID-19. Outro recurso usado foi o contato telefônico com aqueles que, por várias razões, não puderam comparecer ou participar das reuniões e, desse modo, informá-los sobre as decisões tomadas. Destaca-se aqui que a maioria dos usuários tem maior facilidade com os recursos do aplicativo WhatsApp que, apesar de ter sido bastante usado para comunicação, não possibilitava fazer videochamadas com um grande número de participantes.

Em decorrência da adesão dos usuários ao formato on-line, os grupos começaram a serem pensados não mais só como espaços de convivência, mas como oficinas de trabalho, similares àquelas que ocorriam de forma presencial no serviço. Um desses grupos é a oficina de bordado, composto por mulheres e

homens responsáveis por confeccionar artes que posteriormente são aplicadas em bolsas, panos de prato, quadros e marcadores de páginas. As oficinas de saúde mental promovem o cuidado por meio da socialização, da inserção social e da oportunidade de expressar-se, o que potencializa os aspectos saudáveis da vida, e da subjetividade, que podem se manifestarem por intermédio da arteterapia (FARIAS et al., 2016).

A oficina de bordado em sua constituição digital contou com uma média de 8 participantes, sem uma figura única como coordenador do grupo. Uma característica marcante em seu funcionamento é o trabalho silencioso, que também foi observada no formato virtual. Em vários momentos o silêncio foi acompanhado de um movimento de puxar a linha, escolher cores e criar arte. Apesar de distantes fisicamente uns dos outros, foi possível observar que ali no encontro, através de uma câmera, ainda se fazia presente o senso de pertencimento. Em outros momentos a música embalou o grupo pela voz dosicineiros, que cantavam enquanto bordavam e compartilhavam orgulhosos, aquilo que produziram durante o grupo e fora dele também. O bordado é uma arte milenar e sua história foi partilhada na oficina através de vídeos, em que todo o grupo assistia através da possibilidade de compartilhamento da tela. A arte realizada com linha e agulha se define por trabalhos minuciosos e delicados que promovem saúde mental, pois requerem capacidade de organização e planejamento, além do desenvolvimento das cognições, potencializadas pelos aspectos afetivos vivenciados em grupo (MARCHETI; ANACHE, 2020).

O eixo da geração de trabalho e renda é relevante na reforma psiquiátrica brasileira, por meio dele é possível pensar na desconstrução do estigma de que a pessoa em sofrimento psíquico é incapaz de governar sua vida e de trabalhar. A economia solidária é pautada pela autogestão e pelas relações de solidariedade e centralidade no ser humano, considerando o sujeito como desejante, que participa politicamente e constrói projetos e trocas sociais (ANDRADE, 2013). O empoderamento dos usuários mediante os discursos de solidariedade promove a troca de saberes, sendo possível identificar nas suas

falas o sentido que o trabalho assume, possibilitando que ele se torne sujeito do gerenciamento da sua vida (BÜRKE; BIANCHETTI, 2013).

Na oficina de bordado foi possível identificar a produção de processos autônomos à medida que se assegurava a possibilidade de bordar aquilo que os participantes desejavam, escolhendo desenhos e cores que os preencheriam. A confecção dos produtos é pautada pelo trabalho coletivo, no qual a produção artística passou por mais de um oficinairo, que transformou os produtos coletivamente produzidos em peças únicas. Durante a oficina foram compartilhados aqueles produtos finalizados, para que os oficinairos pudessem ver seu bordado aplicado em um bolsa, por exemplo, já que em virtude da pandemia os processos de produção ocorreram em casa ou presencialmente de forma individualizada.

Já no grupo de comercialização a ideia de criar um site para divulgação e venda dos produtos já se constituía há algum tempo e em decorrência da pandemia do COVID-19 e da impossibilidade de participar de feiras e eventos, em virtude do isolamento social, ela se tornou ainda mais essencial. Dessa forma os residentes e estagiários criaram em conjunto uma proposta de trabalho em que, ao início de cada encontro virtual, a primeira pauta era dedicada a pensar em modos de construir o site. Foram os mais diversos temas trabalhados ao longo dos meses, como funcionamento do site, formas de pagamento, imagem visual, logística e apresentação dos produtos. Percebeu-se a necessidade de incluir na descrição do site e dos produtos a história do serviço e das artes criadas, desse modo estimulou-se a retomada de valores, sonhos e do processo de criação dos produtos, sendo o propósito por trás de cada arte narrado pelos oficinairos.

Os momentos seguintes continuaram da mesma forma como aconteciam presencialmente, pautas discutidas, aprovadas e os processos decisórios acontecendo de forma horizontal, inaugurando assim uma nova possibilidade de trabalho virtual. As oficinas oferecidas foram um espaço muito além do terapêutico e da geração de renda propriamente dita, se constituindo como uma construção legítima de oferta de trabalho para pessoas com histórico de

sofrimento mental, com possibilidade de desenvolvimento da autonomia e do exercício da cidadania (BÜRKE; BIANCHETTI, 2013).

Apesar da adaptação das oficinas para o formato virtual ter sido um desafio, ela foi de extrema importância não só para enfrentar as consequências do isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, mas também para o processo formativo do residente em saúde. Além disso, muitos usuários relataram o desejo de voltar a se encontrar presencialmente, mas reconheciam as oficinas on-line como formas de satisfazer tal desejo, permitindo que as relações de vínculo fossem mantidas. Por meio da oportunidade de refletir sobre a realização de grupos de trabalho virtualmente, foi possível manter a geração de trabalho e renda e a formação em Residência Multiprofissional em Saúde em pleno funcionamento, mesmo diante do contexto de uma pandemia.

OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E O ISOLAMENTO SOCIAL

Os CAPS são componentes estratégicos das RAPS, destinados a acolher usuários com transtornos mentais, para estimular interação social e familiar, promover autonomia e oferecer um atendimento especializado, baseado nos princípios do SUS (BRASIL, 2004). São ofertados nesses espaços diversas atividades promotoras de saúde, entre elas os atendimentos em grupo, definidos pelo Ministério da Saúde como ações coletivas, que promovam sociabilidade, experiência de construção compartilhada, vivências e troca de afetos, além de produção de autoestima, autonomia e exercício da cidadania. Outra atividade ofertada são as práticas expressivas e comunicativas que se caracterizam por ações que possibilitem a comunicação e expressão dos usuários, contribuindo para ocupação de lugares sociais e a inserção no campo da cultura (BRASIL, 2015).

Os grupos de saúde mental se constituem como dispositivos essenciais ao cuidado, e a oficina denominada atelier de escrita, acontecia a muito tempo

no CAPS, tendo no decorrer dos anos, alterado sua coordenação e seus participantes, entretanto, grande parte deles permanecia desde sua criação. Essa oficina de práticas expressivas acontecia presencialmente com um grupo de usuários do serviço, indicados a participarem a partir de seus projetos terapêuticos singulares, ou pelo seu terapeuta de referência. Havia um momento inicial que os usuários escreviam seus textos, ou procuravam algum nos livros disponíveis, para em seguida compartilhar com os outros participantes e gerar um espaço de discussão sobre os temas trazidos e as angústias por eles despertadas. As oficinas terapêuticas podem funcionar como espaços para que os usuários tenham a oportunidade de expressar sua subjetividade e existência. Os recursos artísticos como por exemplo a escrita, podem facilitar essa expressão, além de romper com espaços com figuras hierárquicas que detêm poder sobre os usuários (CALDAS et al., 2019).

Com as medidas de distanciamento e isolamento todos os grupos foram suspensos no serviço, mantendo-se apenas alguns atendimentos individuais presenciais, respeitando os protocolos de prevenção e controle da COVID-19. Com o passar do tempo foi necessário que a equipe pudesse refletir sobre novas formas de cuidado, mas inicialmente houve certa resistência em realizar atendimentos remotamente, tanto pela dificuldade de alguns profissionais com relação as plataformas de videoconferência, quanto ao preconceito incutido sobre o usuário de saúde mental. Tal questão ficou evidenciada no discurso de alguns profissionais de que o público do CAPS não teria acesso à internet e nem saberia como usar a tecnologia disponível. Conforme já havia sido apontado por Ferreira e Carvalho (2020) o estigma é um processo social que frequentemente está associado à doença mental e tais atitudes estigmatizantes estão presentes na população em geral, sendo responsáveis por agravar o sofrimento psíquico desses sujeitos. Estudantes e profissionais da saúde, ao reproduzirem essas posturas, tornam os indivíduos mais vulneráveis, privando-os de ter um cuidado integral e humanizado (BATISTA, 2013; COSTA et al., 2016). O estigma pode ser entendido por julgamentos negativos atribuídos a um indivíduo ou a um grupo, quando suas características são enxergadas como diferentes das normas sociais estabelecidas, tais representações evidenciam

que apesar de serem profissionais da saúde, essas crenças se fazem presentes no imaginário (AHMEDANI, 2011).

A formação na Residência Multiprofissional também precisou passar por uma readaptação, já que não foi possível a presença dos residentes no serviço, desse modo se fez necessário pensar em formas de que ela poderia acontecer, mesmo à distância. A estratégia utilizada foi inicialmente realizar encontros entre preceptores e residentes com a finalidade de estudos teóricos por meio de seminários formativos. Nesses encontros também foram discutidas formas de adaptar as oficinas e grupos à distância, sendo um momento importante de compartilhamento de saberes com residentes que também frequentavam outros campos de atuação da RAPS.

O atelier de escrita foi o primeiro grupo a se constituir em um espaço virtual, o que foi construído por profissionais e principalmente por residentes. Houve a necessidade de adaptar o funcionamento do grupo para o novo formato, e após discussões concluiu-se que seria mais proveitoso se os participantes escrevessem os textos em casa, durante a semana, e no espaço da oficina on-line fossem priorizadas as discussões dos temas levantados pela leitura dos textos. Participavam em torno de dez usuários e a coordenação ficava a cargo de duas residentes e profissionais do serviço. Conforme apontado por Caldas et al. (2019) os recursos artísticos são formas de revitalização do sujeito, produzindo articulação entre o simbólico e a realidade.

Durante as reuniões de equipe foi proposto que todos os grupos usassem a mesma plataforma de vídeo, a fim de que os usuários não precisassem baixar mais de um aplicativo. Dessa forma, em consenso foi escolhido Google Meet como plataforma de vídeochamada para a realização dos grupos. Os participantes foram contatados um a um a fim de auxiliar na instalação do aplicativo, entretanto a maioria dos usuários conseguiu fazer a instalação sem precisar de qualquer tipo de ajuda, o que colocou à prova aquele estigma de incapacidade discutido anteriormente. Os encontros passaram a ocorrer semanalmente, com o envio do link da sala de vídeo para os residentes, via mensagem do aplicativo Whatsapp para os usuários. A horizontalidade nos

processos decisórios do grupo se faz presente, onde por vezes eram os usuários que decidiam se gostariam de encerrar o grupo mais cedo, ou qual assunto poderia ser abordado na semana seguinte. Como apontado por Prado e Cardoso (2020) a coordenação de grupos baseadas pelo princípio da horizontalidade entre pessoas tem o potencial de promover cuidados por intermédio das relações intersubjetivas.

Observou-se que o grupo se adaptou facilmente ao formato online e também à utilização da plataforma de vídeo, sendo que alguns usuários também a utilizavam para encontros online com familiares e amigos. As oficinas de saúde mental podem se constituir como um dispositivo de valorização das capacidades e dos aspectos saudáveis dos indivíduos, promovendo socialização, criação de vínculos e autonomia (FARIAS, 2016). O espaço constituído na oficina se tornou um momento de encontro semanal, onde os mais diversos assuntos foram debatidos, não só àqueles relacionados à pandemia.

Evidencia-se o fato de que o grupo além de ser terapêutico, foi um promotor de inclusão digital, o que fez com que ele cumprisse seu objetivo primordial de desenvolver a autonomia e a inserção social. De acordo com Scarantti (2017) o acesso à internet pode ser promotor de emancipação, pois tem o poder de transformar o sujeito em um importante protagonista na esfera civil, política e socioeconômica da sociedade. Além disso o mundo virtual permite que os sujeitos sejam emissores e ao mesmo tempo receptores de conteúdo, garantindo assim uma participação atuante no espaço público.

A implementação das oficinas terapêuticas virtuais foi essencial para continuidade do cuidado dos usuários de saúde mental diante do contexto de isolamento social. As consequências da COVID-19. Apesar dos desafios em recriar grupos terapêuticos em formato on-line, a equipe conseguiu refletir e se adaptar a uma nova forma de cuidado, reconhecendo-a como legítima.

A utilização de espaços formativos construídos em encontros de preceptoria e tutoria on-line foram de extrema importância para fortalecer a implementação das oficinas e grupos à distância, através de videoconferências.

Além disso tais espaços foram necessários para a continuidade do ensino em serviço dos residentes durante o período de isolamento da pandemia da COVID-19, tornando possível novas formas de aprendizagem e promoção de cuidados em saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em mundo globalizado em que as relações sociais podem ser estreitadas pela tecnologia, podemos estar em lugares diferentes em um mesmo dia, e isso apesar de ser uma grande conquista para o ser humano, pode se tornar em um importante risco. No ano de 2020 vimos um vírus se espalhar rapidamente e nossa única alternativa para amenizá-lo foi nos afastar, mantendo o distanciamento social, nos privando de abraços e cumprimentos de mão. Tal medida foi necessária, mas trouxe outro sofrimento à população: o psíquico, pois seres sociais e dependem das relações humanas, tanto para se constituir quanto para se manter saudável.

A formação na Residência Multiprofissional em Saúde durante a pandemia da COVID-19 foi essencial para tornar profissionais-residentes aptos a manejar as mais diversas situações de calamidade pública e seus impactos não só na saúde física, mas também na saúde mental. Vivenciar a residência em tempos de pandemia foi um desafio não só para residentes, mas também para tutores, preceptores e profissionais que acompanham a trajetória do ensino em serviço. Nesse sentido, se faz necessário a promoção de reflexões sobre os processos de trabalho e a transformação das práticas em saúde mental. A fim de capacitar não só os profissionais dos serviços, mas também residentes, estagiários e usuários que constituem esses locais, para enfrentar situações tão desafiantes quanto a pandemia da COVID-19.

As equipes de saúde precisam estar cada vez mais abertas a reflexões sobre sua forma de trabalho, considerando a tecnologia como uma aliada no

cuidado em saúde mental. A inclusão digital pode ser promotora de autonomia e de inserção social, se constituindo como uma ferramenta de emancipação e de exercício da cidadania. As oficinas on-line, como demonstrado no presente trabalho, podem ser tão proveitosas quanto aquelas presenciais, oportunizando novas formas de relações afetivas entre usuários e se destacando pelo seu papel promotor de saúde.

REFERÊNCIAS

- AHMEDANI, B. K. Mental Health Stigma: Society, Individuals, and the Profession. **J Soc Work Values Ethics**, v. 2, n. 8, p.1-16, 2011. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3248273/>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- ANDRADE, M. C. et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicologia Ciência e Profissão, Brasília**, v. 33, n. 1, p. 174- 191, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100014>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>>. Acesso em: 26 out. 2021.
- BATISTA, L. T. M. B. **Os profissionais de saúde e o estigma da doença mental**. 32 f. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade do Porto, Porto, 2013. Disponível em: <sigarra.up.pt/ffup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=613265>. Acesso em: 26 out. 2021.
- BERNARDO, M. S. et al. A formação e o processo de trabalho na Residência Multiprofissional em Saúde como estratégia inovadora. **Rev Bras Enferm**, v. 73, n. 6, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0635>>. Acesso em 15 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?**. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permamente_saude_fortalecimento.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Brasília, 2009.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15462-por-1077-12nov-2009&Itemid=30192>. Acesso em 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011.

Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, v. 395, n. 102227, p. 912-920. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)>. Acesso em: 26 out 2021.

BÜRKE, K. P.; BIANCHETTI, D. L. C. O trabalho como possibilidade de (re)inserção social do usuário de um Centro de Atenção Psicossocial na perspectiva da equipe e do usuário. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 957–976, 2013. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2021.

CALDAS, C. C. et al. A importância da equipe multidisciplinar nas oficinas terapêuticas em saúde mental. **Revista Científica da FAMINAS**, v. 14, n. 1, p. 53- 60, 2019. Disponível em:

<http://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/download/434/PDF_53-60>. Acesso em: 26 out. 2021.

CAMPOS, G. A. Projeto éfeito de papel: trabalho, renda e identidade entre usuários da rede de atenção à saúde mental. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 233–258, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/1984724618362017233>>. Acesso em: 26 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 4, de 26 de março de 2020**. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Disponível em:

<<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19?origin=instituicao&q=04/2020>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

COSTA, J. P. et al. A reforma psiquiátrica e seus desdobramentos: representações sociais dos profissionais e usuários da atenção psicossocial. **Psicologia e Saber Social**, v. 5, n. 1, p. 35-45, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.1585535>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FARIAS, I. D. et al. Oficina terapêutica como expressão da subjetividade. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 12 n. 3, p. 147-153, set. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v12i3p147-153>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FERREIRA, M. S.; CARVALHO, M. C. A. Contribuições da educação profissional na enfermagem para o enfrentamento da estigmatização associada aos transtornos mentais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 56, p. 127-140, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.13281>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FILIZOLA, C. L. A. et al. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da U S P**, v. 45, n. 2, p. 418–25, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200017>>. Acesso em: 26 out. 2021.

GAMBA, J. R. G. A importância social da tecnologia e o direito fundamental de acesso à internet: aprendizados a partir da pandemia de COVID-19. **Revista Eletrônica Sapere Aude**, São Paulo, v. 1 n. 2, p. 47–57, jan./dez. 2020. Disponível em: <<http://revistaeletronicasapereaude.emnuvens.com.br/sapere/article/view/47/27>>. Acesso em: 26 out. 2021.

GARRIDO, R. G.; RODRIGUES, R. C. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. **J. Health Biol Sci**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12662/2317-3325jhbs.v8i1.3325.p1-9.2020>>. Acesso em 26 out. 2021.

IBIAPINA, A. R. DE S. et al. Oficinas Terapêuticas e as mudanças sociais em pacientes com transtorno mental. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 3, p. 1–8, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2016-0375>>. Acesso em: 26 out. 2021.

KRAEMER, M. U. G. et al. The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China. *Science Preprints*, v. 368, p.

493-497, mar. 2020. Disponível em:

<<http://science.sciencemag.org/content/368/6490/493>>. Acesso em: 26 out. 2021.

LIMA, D. L. F. et al. COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1575–1586, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.07192020>>. Acesso em: 26 out. 2021.

MARCHETTI, P. M.; ANACHE, A. A. Tecendo vias de superação dos danos gerados pelo transtorno mental. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 3–25, abr. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n1p03>>. Acesso em: 26 out. 2021.

Moreno, J. L. **Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução a teoria e a prática**. Psy, 1993.

NABUCO, G., OLIVEIRA, M. H. P. P., AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? **Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade**, 2020, v. 15, n. 42, p.2532. Disponível em: <[https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2532](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2532)>. Acesso em: 26 out. 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. (2020). Considerations in adjusting public health and social measures in the context of COVID-19. **Interim Guidance**. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1275007/retrieve>>. Acesso em: 26 out. 2021.

PRADO, A. P. C., CARDOSO, C. L. Coordenação grupal em uma modalidade de cuidado: grupo comunitário de saúde mental. **Psicologia em Estudo**, v. 25, n. 42129, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.42129>>. Acesso em: 26 out. 2021.

RIBEIRO, E. G.; SOUZA, E. L.; ELER, R. Saúde Mental na Perspectiva do Enfrentamento à COVID-19: Manejo das Consequências Relacionadas ao Isolamento Social. **Rev Enfermagem e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 47-57, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000300012>>. Acesso em: 26 out. 2021.

RODRIGUES, D. de F. et al. The performance of the Multiprofessional Residency in Family Health in Permanent Education in Health: a construction of the link between education and work. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, p. e7410514491, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14491>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, S. A. DOS; CARNUT, L. Trabalho, sentidos e saúde mental: percepção de participantes em um projeto geração de renda. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 39, n. 2, p. 159–180, jul./dez.

2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n2p159>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SCARANTTI, D. R. Inclusão digital: Comunicação e educação para o desenvolvimento. **Revista Eletrônica Argentina-Brasil de Tecnologias da Informação e da Comunicação**, v. 1, n. 7, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.887421>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SHIGEMURA, J. et al. Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: Mental health consequences and target populations. **Psychiatry Clin Neurosciences**, v. 74, n. 4, p. 281-282, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/pcn.12988>>. Acesso em 26 out. 2021.

SHIMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estud Psicol, Campinas**, v. 37, n. 18, 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>>. Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, V. M. C. DA; LIMA, P. V. Desinstitucionalização: análise dos direitos fundamentais e saúde mental pública. **Revista Raízes Jurídicas**, v. 9, n. 2, p. 81– 96, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/cdf.2017.36740>>. Acesso em: 26 out. 2021.

VAN DOREMALEN, N. et al. Aerosol and surface stability of SARS-CoV-2 as compared with SARS-CoV-1. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 16, p. 1564-7, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1056/NEJMc2004973>>. Acesso em: 26 out. 2021.

Dejaine Cristina de Oliveira Calza

Especialista em Saúde Mental. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: dejainecalza@gmail.com

Melina Lima

Mestre em Psicologia. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: lima.melina@gmail.com

Recebido em 23 de novembro de 2021.

Aceito em 17 de maio de 2022.